



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 66 DE 28 DE AGOSTO DE 2025.

PUBLICADO EM:
28 / 08 / 2025
PAÇO MUNICIPAL
RESPONSÁVEL

Autoriza a contratação de profissionais da área da saúde em caráter temporário de excepcional interesse público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS, no uso das suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar, em caráter temporário de excepcional interesse público, dois (02) Vacinadores, mediante contrato administrativo.

Parágrafo único. A contratação prevista neste artigo observará o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e na Lei Municipal nº 1.116, de 2003, aplicando-se, de forma subsidiária, no que couber, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Bom Jardim de Minas.

Art. 2º Somente poderão ser contratados nos termos desta Lei, os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;
- II - ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- III - estar no gozo dos direitos políticos;
- IV - estar quite com as obrigações militares;
- V - ter boa conduta;

VI - não apresentar limitação que o impossibilite de exercer as atribuições da função, atestada por laudo médico, nos termos do art. 37, VIII, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

VII - ter participado de capacitação em vacinação antirrábica, promovida pela Vigilância em Saúde/Zoonoses do município ou estado, admitindo-se, na ausência de candidatos com tal certificação prévia, a contratação condicionada à realização da capacitação antes do início efetivo das atividades, a ser promovida pelo Município.

Parágrafo único. O contratado assumirá o desempenho de suas tarefas no prazo consignado no art. 5º desta Lei, apresentando na oportunidade a comprovação de



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS

condição física e mental, aptas ao cumprimento das atividades nos termos de laudo médico de sanidade física e mental e capacidade emitido por órgão médico do Município de Bom Jardim de Minas ou por médico por ele credenciado.

Art. 3º São funções dos Vacinadores:

- I – Administrar vacinas;
- II – Registrar procedimentos realizados;
- III – Orientar o responsável pelo animal vacinado, se houver;
- IV – Executar outras funções atribuídas pela Secretaria Municipal de Saúde, desde que constantes no contrato.

Art. 4º A remuneração dos contratados será de R\$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) mensais.

Art. 5º O prazo do contrato será de 03 (três) meses.

Art. 6º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

- I - Pelo término do contrato;
- II - Por iniciativa do contratado;
- III - Por conveniência administrativa.

§ 1º. A extinção do contrato no caso do inciso II será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, sem direito a indenização.

§ 2º. A extinção do contrato, pelo término do contrato ou por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa importará no pagamento ao contratado de indenização relativa à gratificação natalina proporcionalmente aos meses de exercício, considerando a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias como mês integral e ao pagamento do período das férias a que tiver direito inclusive o proporcional, ou fração superior a quatorze dias.

Art. 7º A contratação objeto desta Lei será formalizada por meio de contrato público regido pelo Direito Administrativo.

Art. 8º Os contratados segundo esta Lei estão sujeitos aos mesmos deveres e proibições, inclusive no tocante à acumulação de cargos e funções públicas, e ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os demais servidores públicos, nos



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS

termos da Constituição da República.

Art. 9º As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, assegurada a ampla defesa.

Art. 10 É vedado à Administração Municipal atribuir ao contratado encargos ou serviços diversos daqueles constantes no contrato, bem como designação especial, nomeação para função de confiança, afastamento de qualquer espécie, exceto os compatíveis com a natureza do vínculo.

Art. 11 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento.

Art. 12 As contratações realizadas nos termos desta Lei complementar observarão, no que couber, as disposições das demais leis municipais, estaduais e federais aplicáveis à matéria, bem como o Estatuto do Servidor Público Municipal, especialmente no que se refere a direitos, deveres, responsabilidades e regime disciplinar, garantindo a legalidade, a excepcionalidade e a finalidade pública do ato.

Art. 13 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim de Minas, 28 de agosto de 2025.


José Francisco Matos e Silva
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM:
28 / 08 / 2025
PAÇO MUNICIPAL
Pavão
RESPONSÁVEL